CARTA-COMPROMISSO DA CHAPA 3 – A UFRN são as pessoas

Ao Sindicato Estadual dos Trabalhadores em Educação do Ensino Superior do Rio Grande do Norte – **Sintest RN**

Resposta ao Ofício nº 0253/2026 – Compromissos para a gestão da UFRN (2027–2031)

Prezada Coordenadora-Geral,

Eliane Alves da Rocha,

Prezadas trabalhadoras e prezados trabalhadores técnico-administrativos em educação da UFRN,

A Chapa 3 – A UFRN são as pessoas, integrada por Walter Pinheiro Barbosa Junior e Tássia Rejane Monte dos Santos, apresenta sua resposta à pauta de reivindicações encaminhada pelo SINTEST-RN, reconhecendo a legitimidade das demandas construídas coletivamente pela categoria e a importância histórica de sua organização sindical na defesa da universidade pública.

Nossa resposta parte de uma convicção: a crise que atravessa a universidade pública brasileira não pode ser compreendida nem enfrentada pela simples soma das reivindicações particulares de suas categorias profissionais. Trata-se de uma crise política, institucional e de financiamento, cujas consequências atingem, de maneira diferenciada, docentes, técnico-administrativos, estudantes e trabalhadores terceirizados.

A ruptura democrática de 2016 representou um marco no aprofundamento de políticas de austeridade, restrição orçamentária e fragilização dos serviços públicos. A Emenda Constitucional nº 95/2016, as reformas trabalhista e previdenciária e a progressiva subordinação das políticas sociais aos imperativos do ajuste fiscal produziram consequências duradouras sobre as universidades federais. Mesmo após a superação formal do teto de gastos, a persistência de restrições fiscais continua comprometendo a recuperação das condições de funcionamento das instituições.

Nesse processo, as universidades foram pressionadas a adaptar suas estruturas, suas relações de trabalho e suas prioridades acadêmicas à escassez permanente de recursos. Multiplicaram-se mecanismos de avaliação, controle de produtividade, reorganização administrativa e captação de financiamento externo, frequentemente apresentados como soluções técnicas inevitáveis para problemas cuja origem é essencialmente política.

Não desconhecemos os avanços científicos, acadêmicos e institucionais alcançados pela UFRN ao longo das últimas décadas. Entretanto, consideramos indispensável reconhecer que esses resultados convivem com a deterioração das condições de trabalho, o enfraquecimento de espaços coletivos de deliberação, a insuficiência das políticas de permanência estudantil e o crescente adoecimento de nossa comunidade.

Uma universidade não pode continuar apresentando indicadores de excelência sem perguntar a que custo humano, social e institucional esses resultados são alcançados.

É nesse cenário que reconhecemos a importância estratégica dos trabalhadores técnico-administrativos em educação. Suas atividades não constituem um conjunto secundário de funções destinadas apenas ao suporte burocrático da instituição. Integram a própria realização das finalidades públicas da universidade, participando da produção, organização, preservação e socialização do conhecimento.

O Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação – PCCTAE, instituído pela Lei nº 11.091/2005, representa uma conquista histórica da categoria e um instrumento fundamental de reconhecimento da qualificação, do desenvolvimento profissional e da inserção institucional desses trabalhadores. Sua defesa e seu aperfeiçoamento devem integrar a luta mais ampla pela valorização do serviço público federal.

Reconhecemos, igualmente, que a relação funcional entre os servidores e a UFRN é regida pela Constituição Federal, pela legislação nacional e pelas normas pertinentes à administração pública. A autonomia universitária não autoriza a Reitoria a modificar unilateralmente carreiras, remunerações, regimes previdenciários ou direitos estabelecidos em lei.

Por isso, não apresentaremos promessas cuja realização dependa exclusivamente de decisões do Congresso Nacional ou do Governo Federal. Assumimos, entretanto, o compromisso de utilizar a autoridade política e institucional da Reitoria inclusive por meio da atuação junto à ANDIFES, para defender essas pautas, construir alternativas no âmbito de nossas competências e apoiar a mobilização coletiva necessária à recuperação dos direitos historicamente conquistados.

A eleição direta para a Reitoria, conquistada em 2026, abre uma oportunidade histórica de aprofundamento democrático. Essa conquista, entretanto, não encerra a democratização universitária. Ao contrário, coloca na ordem do dia a necessidade de rever a composição dos órgãos colegiados, valorizar a escolha política dos representantes, aprimorar os mecanismos de escolha dos dirigentes, a transparência das decisões e a relação entre a administração superior e a comunidade universitária.

Defendemos que a participação democrática não se esgote no voto periódico. Ela deve orientar permanentemente a elaboração das políticas institucionais, a distribuição dos recursos, a organização do trabalho e a definição das prioridades acadêmicas.

É com esse entendimento que apresentamos nossos compromissos, organizados segundo os três eixos propostos pelo SINTEST-RN.

EIXO 1 – AMPLIAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

1. Democratização dos órgãos colegiados e revisão das normas institucionais

Assumimos o compromisso político de defender a paridade entre docentes, técnico-administrativos e estudantes na composição dos órgãos colegiados e nos processos democráticos de escolha dos dirigentes universitários.

Nosso horizonte é a representação de um terço para cada segmento, superando a assimetria histórica que restringe a participação efetiva de técnicos e estudantes nas decisões institucionais.

Reconhecemos que a implementação dessa proposta depende de alterações normativas e, em determinadas situações, legislativas. Comprometemo-nos a promover o debate institucional, apresentar as propostas cabíveis às instâncias competentes e defender nacionalmente as mudanças legais necessárias.

Propomos abrir o debate sobre a constituição de uma comissão de revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFRN, com representação paritária dos três segmentos, participação dos aposentados e ampla publicidade dos trabalhos.

A comissão deverá organizar consultas, audiências públicas e debates em todos os campi, submetendo suas propostas à deliberação dos órgãos competentes.

2. Participação efetiva dos técnico-administrativos na gestão universitária

Comprometemo-nos a reconhecer e valorizar a participação dos servidores técnico-administrativos nos espaços de direção, assessoramento, planejamento e formulação de políticas institucionais, respeitados os requisitos legais de provimento de cada cargo.

A ocupação das funções de gestão deve considerar a competência profissional, a experiência, a qualificação e a capacidade de interlocução com a comunidade universitária, e não a reprodução de vínculos pessoais ou

compromissos políticos entre grupos dirigentes.

Defendemos a ampliação da participação dos técnicos na administração superior e nas unidades acadêmicas, assim como a construção de mecanismos de escuta e representação dos aposentados.

3. Transparência, deliberação coletiva e controle social

Assumimos o compromisso de combater práticas de centralização administrativa e de esvaziamento político dos órgãos colegiados.

Questões que alterem significativamente a organização do trabalho, os direitos dos servidores, as condições de ensino e a utilização do patrimônio público deverão ser submetidas a processos efetivos de discussão com as comunidades envolvidas. Queremos usar a comunicação institucional para efetivar a informação pública como meio de estimular o interesse das categorias nas esferas democráticas institucionais.

Comprometemo-nos a fortalecer a publicidade dos atos administrativos, a transparência orçamentária, o acesso às informações e a prestação de contas das decisões institucionais.

O recurso às decisões *ad referendum* deverá conservar seu caráter excepcional, devidamente fundamentado e submetido à apreciação tempestiva do colegiado competente.

4. Autonomia sindical e defesa do serviço público

Reconhecemos a legitimidade da organização sindical e o direito dos servidores à mobilização coletiva, à negociação e à representação de seus interesses.

Defenderemos a regulamentação e a efetivação dos afastamentos para exercício de mandato sindical, observadas as condições previstas na legislação, e manteremos canais institucionais permanentes de interlocução com as entidades representativas.

Assumimos posição contrária às propostas de reforma administrativa que impliquem precarização dos vínculos públicos, fragilização da estabilidade, redução de direitos ou substituição das carreiras por formas instáveis de contratação.

A autonomia das entidades sindicais será respeitada, inclusive quando suas posições forem críticas à administração universitária.

EIXO 2 – APRIMORAMENTO DA POLÍTICA INSTITUCIONAL DE DESENVOLVIMENTO

5. Valorização do PCCTAE, recomposição de pessoal e condições de desenvolvimento profissional

Reconhecemos o PCCTAE como instrumento fundamental de organização da carreira técnico-administrativa e defendemos sua valorização, preservação e aperfeiçoamento.

Comprometemo-nos a construir, em diálogo com os trabalhadores e suas representações, um diagnóstico das necessidades de pessoal da UFRN, considerando aposentadorias, vacâncias, sobrecarga de trabalho, expansão institucional e especificidades dos diferentes *campi*. Enfrentaremos as assimetrias entre o campus central e os campi do interior. A UFRN é uma instituição multicampi: sua integração deve reconhecer a legitimidade das necessidades específicas de cada unidade e assegurar participação efetiva na definição das prioridades.

Esse diagnóstico deverá fundamentar a defesa, junto ao Governo Federal, da recomposição e ampliação do quadro de servidores, por meio de concursos públicos e demais providências legalmente cabíveis.

Defendemos políticas permanentes de qualificação e desenvolvimento profissional, com critérios públicos, acesso equitativo e valorização das competências adquiridas.

A formação continuada não deve constituir uma exigência adicional que intensifique a jornada ou responsabilize individualmente o servidor por deficiências estruturais da instituição.

6. Reconhecimento das competências profissionais e participação nas atividades acadêmicas

A Chapa 3 reconhece os técnico-administrativos em educação como sujeitos da produção coletiva do conhecimento, cujas experiências e competências são fundamentais às atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação e gestão universitária.

A Lei nº 15.367/2026, ao instituir o Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC-PCCTAE), representa uma conquista histórica da categoria, valorizando conhecimentos adquiridos na experiência profissional. Comprometemo-nos a promover sua implementação na UFRN, observada a regulamentação aplicável, com critérios transparentes, participação dos trabalhadores e garantia dos direitos previstos em lei.

Defendemos a ampliação da participação dos TAEs em projetos acadêmicos, grupos de pesquisa, equipes multiprofissionais e funções de coordenação legalmente admitidas, superando práticas institucionais que desvalorizam seus conhecimentos e restringem sua contribuição à vida universitária.

Assumimos também o compromisso de fortalecer as políticas de qualificação e formação continuada, inclusive na pós-graduação, com oportunidades equitativas entre os campi e condições adequadas de participação.

O reconhecimento dessas competências não poderá justificar o desvio de funções, a intensificação do trabalho ou a substituição da necessária recomposição dos quadros de pessoal. Nosso compromisso é articular valorização do PCCTAE, desenvolvimento profissional e democratização da participação dos trabalhadores na Universidade.

7. Política institucional de educação digital e desenvolvimento tecnológico

Assumimos o compromisso de formular uma política de educação digital que reconheça as diferentes condições de acesso, experiência e formação dos trabalhadores.

Os programas de capacitação deverão ser desenvolvidos preferencialmente durante a jornada de trabalho, com apoio institucional, infraestrutura adequada e atenção às necessidades específicas dos diferentes setores.

A incorporação de novas tecnologias, inclusive inteligência artificial e sistemas de automação, deverá ser precedida de avaliação de seus efeitos sobre as condições de trabalho, a proteção de dados pessoais e a qualidade dos serviços públicos.

Entendemos que a inovação tecnológica deve servir à melhoria das condições de vida e trabalho, e não funcionar como instrumento de intensificação das tarefas, redução de pessoal ou transferência de responsabilidades institucionais aos servidores.

8. Revisão democrática do Programa de Gestão e Desempenho – PGD

Reconhecemos que a implantação do PGD e das modalidades de teletrabalho exige acompanhamento permanente e avaliação de seus efeitos sobre as condições de trabalho e a prestação dos serviços universitários.

Comprometemo-nos a promover uma avaliação participativa do programa, com representação dos trabalhadores e discussão pública de seus critérios, metas, formas de acompanhamento e mecanismos de aferição dos resultados.

Essa avaliação deverá considerar as particularidades dos setores, as necessidades do atendimento presencial, a preservação das equipes, a igualdade de tratamento e a proteção da saúde dos servidores.

Defendemos o direito à desconexão, o respeito à jornada legal, a transparência na definição das metas e a prevenção de práticas de vigilância excessiva ou cobrança incompatível com condições adequadas de trabalho.

O PGD não poderá ser utilizado como mecanismo de compensação da insuficiência de pessoal ou de transferência dos custos da atividade administrativa para os trabalhadores.

EIXO 3 – MELHORIAS NAS CONDIÇÕES DE SAÚDE, SEGURANÇA E QUALIDADE DE VIDA DOS SERVIDORES

9. Enfrentamento institucional do adoecimento relacionado ao trabalho

Consideramos o adoecimento crescente da comunidade universitária uma questão central da política de gestão de pessoas.

Não é suficiente ampliar os serviços de atendimento aos servidores adoecidos. É indispensável investigar as condições de trabalho que produzem sofrimento, esgotamento físico e mental e afastamentos recorrentes.

Comprometemo-nos a construir uma política institucional de saúde do trabalhador, articulando ações de prevenção, vigilância, assistência e promoção da saúde, com participação dos servidores e das entidades representativas. Os protocolos de acolhimento e cuidado serão definidos coletivamente, com a participação dos profissionais e equipes especializadas da própria instituição.

Essa política deverá considerar os impactos da sobrecarga, da insuficiência de pessoal, das relações hierárquicas, dos sistemas de avaliação, das metas de produtividade e da intensificação do trabalho.

Defendemos a valorização das estruturas de saúde e segurança do trabalho já existentes na UFRN, com fortalecimento das equipes multiprofissionais e planejamento integrado entre os diferentes campi e unidades.

10. Prevenção e enfrentamento dos assédios e das discriminações

Assumimos o compromisso de fortalecer as políticas de prevenção e enfrentamento do assédio moral, do assédio sexual e das diferentes formas de discriminação no ambiente universitário.

A atuação institucional deverá assegurar acolhimento qualificado, confidencialidade, proteção contra retaliações, apuração imparcial e respeito ao devido processo legal.

Defendemos ações educativas permanentes, formação de dirigentes e servidores, divulgação dos canais de denúncia e acompanhamento público de indicadores institucionais, preservados os dados pessoais e as informações protegidas por lei.

O enfrentamento dessas violências não poderá restringir-se a respostas individuais e disciplinares. Deverá compreender também a revisão das práticas administrativas e das relações de poder que favorecem sua reprodução.

11. Jornada de trabalho, organização das atividades e qualidade de vida

Defendemos a redução da jornada de trabalho sem redução salarial como pauta histórica da classe trabalhadora brasileira.

No âmbito da UFRN, assumimos o compromisso em examinar, em diálogo com os trabalhadores e suas entidades, as possibilidades legalmente admitidas de organização e flexibilização das jornadas, considerando a natureza dos serviços, o atendimento à população e as condições específicas de cada unidade. Rejeitamos o uso de bolsas de apoio técnico para substituir postos de trabalho que exigem servidores concursados. A assistência e as bolsas estudantis devem fortalecer a formação e a permanência, e não suprir, de forma precária, a insuficiência de pessoal.

Assumimos o compromisso de combater a intensificação indevida do trabalho, a imposição de atividades fora da jornada e as práticas administrativas que desconsiderem o direito ao descanso e à vida pessoal.

A distribuição das atividades e a definição das metas deverão ser transparentes, compatíveis com a força de

trabalho disponível e submetidas à avaliação periódica. A expansão institucional deve estar acompanhada de financiamento, pessoal e infraestrutura que assegurem sua sustentabilidade. O cuidado com as pessoas é princípio central da Chapa 3.

12. Segurança, infraestrutura e condições materiais de trabalho

Comprometemo-nos a realizar diagnóstico participativo das condições de infraestrutura, acessibilidade, ergonomia, segurança patrimonial e segurança do trabalho em todos os campi e unidades da UFRN. As demandas apresentadas por diferentes segmentos da comunidade evidenciam a necessidade desse diagnóstico.

A partir desse diagnóstico, defenderemos um plano de prioridades com critérios públicos e acompanhamento pelos órgãos colegiados.

Esse planejamento deverá contemplar as condições de funcionamento dos setores administrativos, laboratórios, hospitais universitários, restaurantes universitários, bibliotecas, espaços de atendimento e demais ambientes de trabalho.

Reconhecemos a importância de fortalecer as equipes responsáveis pela segurança institucional, a prevenção de riscos e a manutenção do patrimônio público, respeitando suas atribuições e necessidades específicas.

A realização dessas medidas dependerá, em parte, da recuperação do financiamento público. Nosso compromisso será assegurar que os recursos disponíveis sejam aplicados com transparência, participação e prioridade às necessidades coletivas.

NOSSO COMPROMISSO POLÍTICO COM A UNIVERSIDADE PÚBLICA

As reivindicações apresentadas pelo SINTEST-RN expressam necessidades legítimas de uma categoria que tem sofrido os efeitos da precarização do serviço público. Entretanto, entendemos que sua efetiva superação exige ultrapassar os limites de uma negociação exclusivamente corporativa.

A defesa dos trabalhadores técnico-administrativos está indissociavelmente vinculada à defesa do financiamento público da universidade, da autonomia universitária, da valorização das carreiras, da permanência estudantil e da função social do conhecimento produzido pelas instituições federais.

Nesse sentido, consideramos fundamental fortalecer a articulação das lutas locais com as pautas nacionais construídas pelo FONASEFE, (Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais)UNE e suas entidades de base e pelas demais organizações comprometidas com a educação pública e os direitos da classe trabalhadora.

As diferenças entre as entidades representativas não devem impedir a construção de iniciativas comuns. Entretanto, a autonomia sindical e a independência política diante de governos e administrações universitárias são condições indispensáveis para que as reivindicações dos trabalhadores não sejam subordinadas às conveniências de qualquer gestão. Essa independência política integra a trajetória doColetivo Democratiza UFRN desde a greve de 2024.

Também entendemos que a crise orçamentária não pode justificar a transformação progressiva da universidade em prestadora de serviços ao mercado.

As relações entre a UFRN, a FUNPEC, o setor produtivo, os ambientes de inovação e as estruturas institucionais de empreendedorismo e desenvolvimento tecnológico precisam ser submetidas a critérios transparentes de interesse público, controle social, respeito à autonomia acadêmica e preservação do patrimônio científico e intelectual produzido com recursos públicos.

Defendemos uma política de ciência, tecnologia e inovação que não subordine as prioridades universitárias aos

interesses empresariais, mas valorize igualmente as ciências humanas, as ciências sociais aplicadas, as artes, a formação de professores, as tecnologias sociais e todas as áreas fundamentais ao desenvolvimento social.

É necessário recuperar a capacidade de planejamento público e de definição coletiva das prioridades institucionais.

Não aceitaremos que a insuficiência de financiamento seja convertida em argumento permanente para restringir direitos, naturalizar a sobrecarga de trabalho ou transferir à comunidade universitária os custos das escolhas políticas que produziram essa crise.

A defesa da universidade pública exige igualmente que docentes, técnico-administrativos e estudantes recuperem sua identidade como sujeitos coletivos, capazes de atuar politicamente na sociedade e de participar das lutas mais amplas por direitos sociais.

A democratização da UFRN deve ser parte desse movimento.

COMPROMISSOS DE ACOMPANHAMENTO E PRESTAÇÃO DE CONTAS

Para que esta carta não se reduza a uma manifestação de intenções, assumimos o compromisso de propor, caso eleitos:

A instalação de uma mesa permanente de diálogo com as entidades representativas dos três segmentos, respeitada a autonomia de cada organização.

A elaboração participativa de um diagnóstico institucional sobre pessoal, condições de trabalho, saúde, infraestrutura e necessidades de desenvolvimento profissional.

A apresentação de um plano de prioridades, com identificação das medidas de competência da Reitoria, daquelas que dependem de deliberação colegiada e das reivindicações que exigem mudanças na legislação ou no financiamento federal.

A realização de reuniões periódicas de avaliação e a divulgação pública dos encaminhamentos, resultados e dificuldades.

A promoção de debates institucionais sobre a democratização da UFRN, incluindo a revisão de seu Estatuto e Regimento Geral e a defesa da paridade na representação universitária.

Não pretendemos apresentar soluções administrativas fáceis para problemas produzidos por décadas de reformas restritivas, desfinanciamento e enfraquecimento das políticas públicas.

Nossa candidatura representa, antes de tudo, o compromisso de recuperar a capacidade política da comunidade universitária de discutir seus próprios caminhos, identificar os interesses em disputa e agir coletivamente para transformar a realidade.

Nenhuma decisão sobre nós sem nós.

Esta é a orientação que assumimos perante os trabalhadores técnico-administrativos, os docentes, os estudantes e toda a sociedade potiguar.

A UFRN não é apenas sua estrutura administrativa, seus indicadores de desempenho ou seu patrimônio material. A UFRN é uma instituição pública constituída pelo trabalho humano, pela produção coletiva do conhecimento e pelo compromisso histórico com a sociedade.

A UFRN são as pessoas!

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente
gov.br
WALTER PINHEIRO BARBOSA JUNIOR
Data: 18/10/2026 10:14:50-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Documento assinado digitalmente
gov.br
TASSIA REJANE MONTE DOS SANTOS
Data: 18/10/2026 20:24:47-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Walter Pinheiro Barbosa Junior **Tássia Rejane Monte dos Santos**

Chapa 3 – A UFRN SÃO AS PESSOAS

Coletivo Democratiza UFRN